SUMÁRIO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 9

1. Visão Geral 9
1.1. Conceito 9
1.2. Histórico legislativo 10
1.3. Regime jurídico atual 12

2. Princípios 16
2.1. Princípio da Legalidade 16
2.2. Princípio da Fé-Pública 16
2.3. Princípio da Instância (Rogação) 17
2.4. Princípio da Publicidade 17
2.5. Princípio da Qualificação 18
2.6. Princípio da Continuidade 19
2.7. Princípio da Presunção Absoluta de Validade 19

3. Atribuições 20
3.1. Introdução 20
3.2. Registro 24
3.3. Matrícula 26
3.4. Averbação 29
3.5. Certificação 32
3.6. Registro e autenticação de livros 35

4. Livros 36

5. Procedimento Registral 40
5.1. Questões preliminares 40
5.2. Prazo 43
5.3. Competência registral 44
5.4. Qualificação registral 44
5.5. Qualificação positiva 46
5.6. Qualificação negativa 47

6. Dúvida registral 48

6.1. Noções gerais ... 48
6.2. Legitimidade ... 49
6.3. Objeto ... 49
6.4. Procedimento ... 50
6.5. Competência para julgamento ... 51
6.6. Dúvida inversa ... 51

7. Atos de Registro ... 52
7.1. Associações ... 52
7.1.1. Modelo de peças ... 54
7.2. Especificidades do Registro ... 56
7.3. Transformação de associação em outra pessoa jurídica ... 59
7.4. Entidades religiosas ... 60
7.4.1. Modelo de peças ... 61
7.5. Sociedades ... 62
7.5.1. Aspectos registrais ... 62
7.5.2. Sociedades simples puras e a inscrição prévia em Conselhos Regionais ... 65
7.5.3. Sociedades simples não puras ... 66
7.5.4. Atividade rural ... 67
7.5.5. Sociedade unipessoal ... 68
7.5.6. Sociedade entre cônjuges ... 70
7.5.7. Modelo de Peças ... 71
7.6. Cooperativas ... 72
7.7. Fundações ... 74
7.7.1. Documentos necessários ... 74
7.7.2. Qualificação registral ... 75
7.8. Partidos Políticos ... 76
7.9. Empreendimentos de Economia Solidária ... 77
7.10. Sindicatos e demais entidades sindicais ... 80

8. Matrículas ... 82
8.1. Modelo de Peças ... 86

9. Autenticação de Livros ... 87

10. Averbações ... 94
10.1. Noções gerais ... 94
10.2. Transformação de pessoa jurídica ... 95
10.3. Fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas ... 95
10.4. Alteração de localização da pessoa jurídica ... 97
10.5. Certidões negativas de débito federal ... 97
10.6. Encerramento da pessoa jurídica ... 99
10.6.1. Da Associação ... 99
10.6.2. Da Sociedade ... 99
10.6.3. Da Fundação ... 101

Referências ... 102

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 105

1. Visão Geral 105
1.1. Conceito 105
1.2. Regime jurídico 105
1.3. Objeto 106
1.4. Atribuições 107
1.5. Atribuição Residual 112

2. Princípios 113
2.1. Princípio da Legalidade 113
2.2. Princípio da Imediatidade 114
2.3. Princípio da Integralidade 114
2.4. Princípio do Exame Formal 115
2.5. Princípio da Unidade de Tempo 116
2.6. Princípio do Duplo Registro 116
2.7. Princípio da Continuidade 118
2.8. Princípio da Exatidão 119
2.9. Princípio da Prioridade 119
2.10. Princípio da Distribuição Facultativa 121
2.11. Princípio da Subsidiariedade 122

3. Títulos Registráveis 123
3.1. Instrumentos Particulares 123
3.2. Penhor Comum sobre Coisas Móveis 123
3.3. Caução de Títulos de Crédito 124
3.4. Contrato de Parceria Agrícola ou Pecuária 125
3.5. Renovação Judicial do Contrato de Arrendamento 125
3.6. Locação de Bens Imóveis 126
3.7. Contratos de fiança 127
3.8. Contratos de locação não atribuídos a outras serventias 127
3.9. Compra e venda em prestações e alienação e promessa de venda de bens móveis 128
3.10. Documentos estrangeiros 129
3.10.1. Introdução 129
3.10.2. Objeto 130
3.10.3. Tradução Juramentada 130
3.10.4. Apostilamento 131
3.11. Documentos referentes a automóveis 133
3.12. Atos administrativos das autoridades alfandegárias 133
3.13. Sub-rogação 134
3.14. Dação em pagamento 134
3.15. Cessão de direitos e de créditos 135
3.16. Reserva de domínio 135
3.17. Alienação fiduciária de bens móveis 136
3.18. Constrições judiciais ou administrativas 141
3.19. Registro da ata de Assembleia Geral que delibera sobre a destituição de incorporador 142
3.20. Registro da constituição da Comissão de Representantes na incorporação 142
3.21. Valor probatório das certidões emitidas pelo RTD 143
3.22. A Central Nacional de Garantias e de Direitos sobre Bens Móveis 143

4. Livros 143
4.1. Livro A – Protocolo 144
4.2. Livro B – Registro Integral 145
4.3. Livro C – Inscrição por Extrato 146
4.4. Livro D – Indicador Pessoal 148
4.5. Livro E – Indicador Real 148
4.6. Livro F – Para o registro facultativo 149
4.7. Livro G – Indicador Pessoal Específico 149

5. Competência 150

6. Prazo 152

7. Qualificação Registral 154
7.1. Disposições Gerais 154
7.2. Registro para fins de Publicidade e Eficácia perante terceiros 155
7.3. Registro para fins de Conservação 156
7.4. Qualificação Negativa 157
7.4.1. Disposições gerais 157
7.4.2. Dúvida Registral 158
7.4.3. Suspeita de falsidade 159
7.5. Qualificação Positiva 160

8. Notificações Extrajudiciais 161
8.1. Conceito 161
8.2. Procedimento e requisitos 161
8.2.1. Competência 162
8.2.2. Registro do documento e solicitação do interessado 163
8.2.3. Cientificação do destinatário 163
8.2.4. Certificação da notificação 163
8.3. Diligências 164
8.4. Prazos 166
8.5. Notificação por hora certa 166
8.6. Modelo de peças 167

9. Cancelamento no RTD 168

10. Central Eletrônica 169

11. Autenticação de Microfilmes 174

Referências 175

JURISPRUDÊNCIA 177

1. Decisões do STJ 177

2. CGJSP | CSMSP | TJs 178

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS 193

1. “Comentários à decisão administrativa proferida no processo digital nº 1130061-20.2023.8.26.0100, da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital/SP.” 193

2. “Associação que atua na área de saúde precisa de inscrição prévia perante o Conselho Regional de Medicina? 200

3. “Decisão da 1ª Vara de Registros Públicos da Capital/SP sobre denominação de associação.” 205

4. “Formação da denominação de Entidade Religiosa” 211